 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

## **PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA**

**COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 058/2017

PROCESSO Nº23110.007428/2017-98

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Pelotas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, telefone (53) 3284-3924, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço por item para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, para **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO**, conforme pedidos 466 e 581 da Proplan, 640 do Centro de Artes, 559 e 570 da PRAE, e 608 da FAEM, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

DATA:**03/10/2017**

HORÁRIO: **09:00 horas** (horário de Brasília)

LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

CÓDIGO UASG: **154047**

* 1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário da abertura da licitação (definidos acima), exclusivamente por meio eletrônico.
  2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

1. **DO OBJETO**
   1. Esta licitação tem por objeto o registro de preços para **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO**, conforme pedidos 466 e 581 da Proplan, 640 do Centro de Artes, 559 e 570 da PRAE, e 608 da FAEM, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. Nos termos do Art. 16º, Decreto n.º 7.892/2013, **a homologação deste procedimento licitatório não obriga a UFPel a contratar integral ou parcialmente o objeto licitado**, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
   3. **Qualquer discordância entre a descrição do objeto neste edital e o contido no Compras Governamentais, valerá o primeiro**.
   4. Este Pregão se da na forma híbrida, conforme detalhado no Termo de Referência. Portanto, possui, tanto **ITENS E/OU LOTES com ampla participação, quanto com participação exclusiva** (**TRATAMENTO DIFERENCIADO – Benefício Tipo I** – Contratação exclusiva para ME/EPP e Cooperativas de acordo com o Decreto nº 8.538/2015, devido ao valor destes itens/lotes ser inferior a R$ 80.000,00).
   5. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
2. **DO CREDENCIAMENTO**
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
3. **DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
   2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
   3. Os itens **10, 11, 15, 25, 27, 29, 31 e 32** são destinados a **ampla participação**, pois, de acordo com o Decreto 8538/2015, o valor estimado do referido item é superior a R$ 80.000,00. Para os demais itens a participação é exclusiva a licitantes qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o Decreto 8538/2015, devido ao valor estimado dos referidos itens ser inferior a R$ 80.000,00.
   4. Não poderão participar desta licitação os interessados:
      1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;
      3. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
      4. que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
   5. Também é vedada a participação de:
      1. entidades empresariais estrangeiras;
      2. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
   6. Como condição para participação no Pregão, deverá declarar:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
         1. Nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
         2. Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” ,apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que a licitante seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
   7. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
      4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
4. **DO ENVIO DA PROPOSTA**
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. Valor **UNITÁRIO** do item;
      2. A quantidade de unidades, observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item, sendo que o licitante participante deste Pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item;
      3. Marca;
      4. Fabricante;
      5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
   5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
   6. Caso haja divergência entre o produto cadastrado no Compras Governamentais e o produto apresentado na proposta encaminhada após a fase de lances, o Pregoeiro poderá solicitar, via chat, a confirmação de qual produto será entregue.
   7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou produtos.
   8. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega das propostas (abertura da sessão). O pregão deverá ser homologado dentro desse prazo (60 dias), e a partir desta data (data de homologação), o licitante obriga-se a manter as condições estabelecidas pelo período de vigência do Registro de Preços. Caso a homologação não ocorra dentro dos 60 (sessenta) dias, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
      1. Se por ventura o pregão demorar mais de 60 (sessenta) dias, o Pregoeiro poderá solicitar confirmação, por parte da licitante, de que renova sua proposta. Assim, a validade da proposta passa a ser de 60 (sessenta) dias a contar da data da renovação.
   9. O licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPel responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
5. **DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
      3. **Eventual pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa,** cabendo ao pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa.
         1. Se o pedido de desclassificação ocorrer durante a fase de lances e for possível a exclusão do lance pelo Pregoeiro antes do encerramento do item, o pedido será considerado aceito.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. Os lances deverão ser ofertados para o valor **UNITÁRIO** do item, **com apenas duas casas decimais**. Caso o lance tenha mais de duas casas decimais, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   14. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
   15. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
   16. A proposta deverá conter:
       1. Especificação clara do objeto de acordo com o Termo de Referência em anexo ao presente Edital.
       2. Marca para cada item cotado.
       3. Na cotação de preços e nos lances serão aceitos somente 02 (dois) dígitos após a vírgula. Caso isto não ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.
   17. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
       1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
6. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
      1. Em relação às especificações do objeto, sempre que necessário o Pregoeiro se reserva o direito de consultar a área técnica demandante, com a finalidade de analisar o cumprimento do objeto ofertado frente ao solicitado no edital.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela administração, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.
      1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
   3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”), estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, poderá ser convocado o licitante para envio de documentação via e-mail.
      1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando *o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade,* além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.
      2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   4. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
      1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
      2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
      3. Caso haja necessidade, o Pregoeiro poderá realizar a negociação via e-mail, informando no chat o valor negociado.
   7. Para possíveis trocas de mensagens, após a fase de lances, inclusive em relação a negociação de valores, o Pregoeiro irá conceder prazo razoável para resposta do licitante. O prazo mínimo que será concedido é de dez minutos, podendo ser superior, a critério do Pregoeiro.
7. **DA HABILITAÇÃO**
   1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
      1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
      2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas)horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, conforme solicitação do Pregoeiro.
      1. **Habilitação jurídica:** 
         1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
         2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
         3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
         4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
         5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
         6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
         7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012;
         8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
         9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
         10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
      2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
         1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
         2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
         3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
         4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
         5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
         6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
         7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
         8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
   3. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta “on-line”, e deverá, **encerrada a etapa de lances**, apresentar os documentos a que se refere o Subitem 8.7, deste Edital,por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”). Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, a documentação poderá ser enviada por e-mail.
      1. **O prazo máximo para envio da documentação é de 02 (duas) horas. A documentação original,** ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original**, deverá ser enviada no prazo de até 03 (três) dias úteis, impreterivelmente, para o seguinte endereço: Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) - Licitações, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas/RS.**

**Deverá constar os seguintes dizeres em sua parte externa frontal:**

###### COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

###### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2017

**FIRMA OU DENOMINAÇÃO E CNPJ**

**PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

* + 1. O prazo para envio da documentação mencionado no subitem acima poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro.
  1. O cadastro e a habilitação parcial da licitante vencedora serão verificados no SICAF, após a análise e julgamento da proposta de preços. No caso de a empresa possuir somente o cadastro obrigatório no SICAF, serão aceitas as certidões negativas emitidas pelas respectivas receitas estaduais e municipais.
  2. Serão consultadas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br as declarações da licitante vencedora relacionadas abaixo:
     1. Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
     2. Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
     3. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
     4. Declaração de que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 02, de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
  3. Caso a empresa assinale de forma negativa no Compras Governamentais alguma das declarações referentes aos itens 8.5.1 a 8.5.4 do edital, será obrigatório o envio de declaração original para o endereço constante do item 8.3.1 do edital.
  4. **A documentação a ser enviada após a fase de lances, conforme subitem 8.3, é a seguinte:**
     1. Minuta da Ata de Registro de Preço, devidamente assinada e com carimbo da empresa (modelo constante no Anexo II deste edital).
     2. Certificação emitida por Instituição Pública Oficial ou instituição credenciada de que a licitante cumpre os critérios de Sustentabilidade Ambiental conforme IN 01/2010 SLTI/MPOG. Na falta deste documento poderá ser apresentada a Declaração de Sustentabilidade Ambiental devidamente assinada e com carimbo da empresa (modelo constante no Anexo III deste edital).
     3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.
     4. Catálogo com as especificações técnicas dos produtos.
     5. Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis e pertinentes com o objeto licitado.
     6. Declaração de assistência técnica durante o período de garantia que deverá ser prestada preferencialmente no Estado do Rio Grande do Sul, devendo ser informado na proposta, o responsável (ou empresa) pelo serviço, sendo que qualquer despesa com frete (se necessário retirada para conserto) neste período será por conta da licitante vencedora, sem ônus para a UFPel. O prazo para retirada, conserto e devolução não deverá exceder a trinta dias.
     7. Documento que identifique a Acreditação do produto junto ao Inmetro.
     8. Certificado de Cadastro Federal do IBAMA do Fabricante do Produto – para itens que contenham madeira e semelhantes em sua composição.
  5. O não encaminhamento dos documentos exigidos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação do licitante, com consequente aplicação das penalidades cabíveis na lei.
  6. Junto aos documentos exigidos para habilitação também deverá ser enviada a proposta devidamente assinada.
  7. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de empresas enquadradas com ME/EPP, a licitante será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
     1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para os quais será concedido o mesmo prazo especial para a regularização da situação fiscal.
  8. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções no SICAF, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ, e também do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no portal da transparência, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame. Verificará, também, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em consulta ao portal do Tribunal Superior do Trabalho, bem como a Lista de Inidôneos no portal do TCU.
     1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
  9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  11. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  12. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
   1. A sessão pública poderá ser reaberta:
      1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
      2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
   2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
      1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
      2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
2. **DOS RECURSOS**
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
   3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.
      1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
3. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
4. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
   1. O Registro de Preços será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de preços pela UFPel (por meio da assinatura eletrônica constante na termo de homologação). A Ata, publicada no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br , terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazo estipulados no Edital.
   2. A Ata de Registro de Preços a ser enviada pela empresa vencedora, conforme Anexo II do edital, deverá ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
      1. **Na Ata de Registro de Preços a ser enviada após o encerramento da fase de lances, deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.**
      2. A Ata de Registro de Preços final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
   3. A existência de preços registrados não assegura ao licitante o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos, sendo assegurada, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.
   4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (conforme preâmbulo deste edital) começará a contar da data de homologação do pregão eletrônico, no sítio do Compras Governamentais, pela autoridade competente.
   5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.
5. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
   1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
   2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
   3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
   4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
   5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
   6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
      1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
6. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
   1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão de Notas de Empenho, em caso de necessidade de aquisição, obedecido o prazo de entrega previsto na proposta.
7. **DO PREÇO**
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis.
8. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
   1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.
9. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
10. **DO PAGAMENTO**
    1. O pagamento devido à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária, mediante a apresentação da fatura, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do recebimento do bem, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.
    2. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
    3. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa junto ao SICAF, notadamente quanto à regularidade perante a Receita Federal, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso a empresa apresente alguma irregularidade fiscal, a contratada receberá advertência por escrito e deverá providenciar as medidas saneadoras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou apresentar sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde não acarrete qualquer ônus para a Contratante.
       1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
    4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado no SICAF.
    5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
    6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
    7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
       1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
    8. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual
    9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| **EM = I x N x VP** |

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| **I =** | **(6 / 100)** |
| **365** |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

1. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA** 
   1. Após a homologação da licitação, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
      1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
   2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
   3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.
2. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes: “***Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”****.*
   2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
      1. não assinar a ata de registro de preços, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
      2. apresentar documentação falsa;
      3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      5. não mantiver a proposta;
      6. comportar-se de modo inidôneo;
      7. cometer fraude fiscal.
   3. A licitante vencedora incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado, se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 23.11 do Edital.
   4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
   5. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência;
      2. multa de até 20% (vinte por cento), do valor do Empenho, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada;
      3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFPel pelo prazo de até dois anos;
      4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;
      5. impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
   6. A multa de mora será aplicada da seguinte maneira, com base no valor do empenho:
      1. 5% (cinco por cento) para atraso de até 09 (nove) dias;
      2. 10% (dez por cento) para atraso de 10 (dez) a 29 (vinte e nove) dias;
      3. 20% (vinte por cento) a partir do 30º dia de atraso.
   7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
3. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **cpl.ufpel@gmail.com**, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) – Licitações – SALA 303, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas/RS.
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.O endereço de e-mail é **cpl.ufpel@gmail.com**.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
4. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
   1. Os critérios de sustentabilidade ambiental estão previstos no Termo de Referência.
5. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
      1. **Em caso de divergência entre o valor cadastrado pelo fornecedor no Comprasgovernamentais e o valor apresentado em sua proposta, após a fase de lances, prevalecerá o valor do Comprasgovernamentais**.
   9. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Pregão, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes direito à reclamação ou indenização.
   10. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido ¨in albis¨, o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.
   11. O prazo de *entrega dos* ***produtos ou bens*** objeto da Nota de Empenho não poderá exceder 30 (trinta) dias,a contar da ciência da emissão do empenho, sendo a empresa notificada via e-mail, obrigando-se a confirmar seu recebimento. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
   12. Os ***produtos ou bens*** fornecidos fora das especificações ficarão sujeitos à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Universidade.
   13. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.
   14. Os ***produtos ou bens*** deverão ter garantia ou validade de no mínimo **12 (doze) meses**, a contar da entrega.
   15. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório, notadamente a regularidade fiscal, sem a qual não será efetivado pagamento algum, sem configuração de mora da UFPel.
   16. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPel com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta/Ata de Registro de Preços enviada após a fase de lances.
       1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
   17. **Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa.**
   18. A UFPel emitirá a Nota de Empenho na quantidade e valor que for de seu interesse no momento da emissão. Não há quantidade/valor mínimo a ser adquirido em cada Nota de Empenho, devendo o licitante fornecer o objeto conforme solicitado.
   19. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal-Subseção Judiciária de Pelotas.
   20. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ufpel.edu.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) – Licitações, Bairro Centro, Pelotas/RS, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   21. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, *exclusivamente* através do endereço eletrônico: *cpl.ufpel@gmail.com*.
   22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência;
       2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;
       3. ANEXO III – Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental;

Pelotas, 24 de agosto de 2017.

Paulo Afonso Hartmann Almeida

Pregoeiro

Revisado por:

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

## **PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA**

**COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

ANEXO I

###### TERMO DE REFERÊNCIA

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 058/2017

PROCESSO Nº 23110.007428/2017-98

1. **DO OBJETO**
   1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO conforme pedidos 466 e 581 da Proplan, 640 do Centro de Artes, 559 e 570 da PRAE, e 608 da FAEM, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Unidade Solicitante / Pedido** | **Item** | **Quan-tidade** | **Unidade de Medida** | **Código**  **SIASG** | **Descrição** | **Valor unitário estimado** |
| CA/640 - 2017 |  | 1 | UNIDADE | 307064 | ARMÁRIO AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ANTIFERRUGEM, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA LISA, COR CINZA, QUANTIDADE PORTAS 2, TIPO FIXAÇÃO PORTAS COM DOBRADIÇAS, TIPO FECHAMENTO PORTAS COM CHAVE E PUXADOR, QUANTIDADE PRATELEIRAS 4, ALTURA 1,98, LARGURA 0,90, PROFUNDIDADE 0,45, QUANTIDADE CHAVES 02, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DESMONTÁVEL, PRATELEIRAS REGULÁVEIS E REMOVÍVEIS,, COR PORTAS CINZA, MATERIAL CHAPA AÇO 22 | R$ 928,45 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 60 | UNIDADE | 232011 | Armário alto com quatro prateleiras em MDP ou MDF, formando cinco vãos com alturas iguais, com possibilidade de regulagem de altura a cada 32 mm. Dimensões: de 1700 a 1800 mm (altura) x 450 a 500mm (profundidade) x 800 mm (largura). - Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP, cor a ser determinada. - Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 18 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. - Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. - Prateleiras reguláveis em MDP ou MDF de 18 mm, justapostas entre as laterais, o fundo e as portas do Armário, revestidas com BP na mesma cor do tampo, formando vãos de alturas iguais. Todas as prateleiras devem ser fixadas com pinos autotravantes em zamak. - Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. - As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas, possibilitando montar e desmontar várias vezes, sem perder a qualidade. - Dobradiças de aço ou zamak com mecanismo que permite abertura de 270º e regulagens horizontais e verticais. Mínimo de três por porta para os armários altos e extra-altos. - Fechadura de tambor cilíndrico, mínimo de uma duplicata da chave. - Cada porta deve ter um puxador inteiramente metálico, de liga não-ferrosa, cromado ou niquelado. - Base com quatro sapatas niveladoras em polipropileno preto injetado ou base em aço SAE 1010/1020, retangular com quatro sapatas niveladoras em polipropileno preto. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 240 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094. O grau de corrosão deve ser determinado conforme a ISO 4628-3, não devendo ser maior que Ri 1. Pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor preta. - Montagem inclusa. | R$ 530,92 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 60 | UNIDADE | 256581 | Armário baixo com uma prateleira em MDP ou MDF, formando dois vãos com alturas iguais, com possibilidade de regulagem de altura a cada 32 mm. Dimensões: de 720 a 750 mm (altura) x 450 a 500 mm (profundidade) x 800 mm (largura). - Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP, cor a ser determinada. - Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 18 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. - Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. - Prateleiras reguláveis em MDP ou MDF de 18 mm, justapostas entre as laterais, o fundo e as portas do Armário, revestidas com BP na mesma cor do tampo, formando vãos de alturas iguais. Todas as prateleiras devem ser fixadas com pinos autotravantes em zamak. - Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. - As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas, possibilitando montar e desmontar várias vezes, sem perder a qualidade. - Dobradiças de aço ou zamak com mecanismo que permite abertura de 270º e regulagens horizontais e verticais. Mínimo de três por porta para os armários altos e extra-altos. - Fechadura de tambor cilíndrico, mínimo de uma duplicata da chave. - Cada porta deve ter um puxador inteiramente metálico, de liga não-ferrosa, cromado ou niquelado. - Base com quatro sapatas niveladoras em polipropileno preto injetado ou base em aço SAE 1010/1020, retangular com quatro sapatas niveladoras em polipropileno preto. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 240 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094. O grau de corrosão deve ser determinado conforme a ISO 4628-3, não devendo ser maior que Ri 1. Pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor preta. - Montagem inclusa. | R$ 332,80 |
| PRAE / 570-2017 |  | 60 | UNIDADE | 65030 | ARMÁRIO DE AÇO, COM DUAS PORTAS DE ABRIR, PUXADORES EM AÇO OU PVC NO SENTIDO VERTICAL E DA MESMA COR DO ARMÁRIO. DEVE APRESENTAR QUATRO PRATELEIRAS E SISTEMA DE FECHADURA CILÍNDRICA COM CHAVES. TAMPO, CORPO E PRATELEIRAS DEVEM SER PRODUZIDOS NA CHAPA 24 E CADA PRATELEIRA DEVE SUPORTAR NO MÍNIMO 35 KG. COR DO ARMÁRIO CINZA OU AZUL, PINTURA ELETROSTÁTICA OU EPÓXI RESISTENTE À CORROSÃO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 195 CM ALTURA X 85 CM LARGURA X 38 CM PROFUNDIDADE. DEVE SER ENTREGUE MONTADO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | R$ 889,59 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 60 | UNIDADE | 244422 | Armário de aço com duas portas, fechadura e três prateleiras formando quatro vãos. - Dimensões: de 1300 a 1800 mm (altura) x 450 a 500mm (profundidade) x 800 mm (largura). - Chapas de aço SAE 1010/1020: - Corpo e portas em chapa 22 (0,75 mm) - Prateleiras e reforço das portas em chapa 20 (0,90 mm) - Base em chapa 18 (1,25 mm) - Dobradiças em chapa 14 (1,9 mm) - As três prateleiras devem ser removíveis e ajustáveis. - Dobradiças internas com no mínimo 75 mm de altura - no mínimo três unidades por porta, não podem ser visíveis na parte exterior do móvel. - Puxadores inteiramente metálicos, de liga não-ferrosa, cromados ou niquelados. - Fechadura de tambor cilíndrico. Mínimo de uma duplicata da chave. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento, quando necessário. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 240 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros ou acabamento em esmalte sintético, espessura de camada de 30 a 40 mícrons, polimerizada em estufa de 120ºC / 140ºC, superfícies lisas e uniformes, na cor a ser determinada. - Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Eliminar respingos e volumes de solda, rebarbas, esmerilhar juntas e arredondar quinas agudas. - Prateleiras com dobras duplas nos bordos da frente e fundo, 1ª dobra: mínimo de 20 mm, 2ª dobra: mínimo de 10 mm. Dobras laterais simples: mínimo de 20 mm. - Portas com dobras duplas em todo o perímetro, 1ª dobra: mínimo de 20 mm. 2ª dobra: mínimo de 15 mm. - Base com dobras duplas, 1ª dobra: mínimo de 20 mm. 2ª dobra: mínimo de 15 mm, soldada ao corpo com mínimo de 10 pontos de solda espaçados uniformemente. - As junções de chapas nos cantos das portas devem receber preenchimento com solda. - Rebater a 180º a dobra interna das portas, no lado de fixação das dobradiças. - Os reforços das portas devem ser soldados com mínimo de 9 pontos de solda para cada porta, espaçados uniformemente. - Fixar portas por meio de dobradiças embutidas e soldadas. - As prateleiras devem ser reguláveis e permitir o ajuste em distâncias de até 100 mm. Furos ou parafusos não devem ser visíveis do lado externo do móvel. - Montagem inclusa. | R$ 915,11 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 60 | UNIDADE | 258805 | Armário médio com três prateleiras em MDP ou MDF, formando quatro vãos com alturas iguais, com possibilidade de regulagem de altura a cada 32 mm. Dimensões: de 1050 a 1200 mm (altura) x 450 a 500mm (profundidade) x 800 mm (largura). - Tampo em MDP ou MDF de no mínimo 22 mm, revestidos com BP, cor a ser determinada. - Base, laterais e portas em MDP ou MDF de 18 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. - Fundo em MDP ou MDF de no mínimo 10 mm, revestidos com BP, mesma cor do tampo. - Prateleiras reguláveis em MDP ou MDF de 18 mm, justapostas entre as laterais, o fundo e as portas do Armário, revestidas com BP na mesma cor do tampo, formando vãos de alturas iguais. Todas as prateleiras devem ser fixadas com pinos autotravantes em zamak. - Todas as bordas devem ser revestidas por fitas de PVC ou ABS. - As laterais, o tampo e a base inferior devem ser ligados entre si pelo sistema mini-fix com buchas metálicas e cavilhas, possibilitando montar e desmontar várias vezes, sem perder a qualidade. - Dobradiças de aço ou zamak com mecanismo que permite abertura de 270º e regulagens horizontais e verticais. Mínimo de três por porta para os armários altos e extra-altos. - Fechadura de tambor cilíndrico, mínimo de uma duplicata da chave. - Cada porta deve ter um puxador inteiramente metálico, de liga não-ferrosa, cromado ou niquelado. - Base com quatro sapatas niveladoras em polipropileno preto injetado ou base em aço SAE 1010/1020, retangular com quatro sapatas niveladoras em polipropileno preto. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 240 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094. O grau de corrosão deve ser determinado conforme a ISO 4628-3, não devendo ser maior que Ri 1. Pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor preta. - Montagem inclusa. | R$ 863,84 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 50 | UNIDADE | 383220 | Armário Roupeiro de aço para vestiário, produzido em aço chapa 26 tratamento antiferrugem pintura eletrostática, possui 8 portas, compartimentos de tamanhos médios independentes sem divisórias internas, fechamento das portas através de pitão para cadeado. - Montagem inclusa. | R$ 630,29 |
| PRAE / 570-2017 |  | 30 | UNIDADE | 0 | ARQUIVO DE AÇO COM QUATRO GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA; CAPACIDADE MÍNIMA POR GAVETA 35KG. TAMPO, CORPO E GAVETA NA CHAPA 22; PUXADOR EM CADA GAVETA. AS GAVETAS DEVEM DESLIZAR POR CARRINHOS PROGRESSIVOS CROMADOS (TELESCÓPIOS). DEVE APRESENTAR VENEZIANAS PARA VENTILAÇÃO; SAPATAS NIVELADORAS. DIMENSÕES MÍNIMAS: 130 CM ALTURA X 45 CM LARGURA X 65 CM PROFUNDIDADE. COR DO ARQUIVO CINZA, PINTURA ELETROSTÁTICA OU EPÓXI ANTI CORROSÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES | R$ 849,94 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 100 | UNIDADE | 405819 | Banco giratório com regulagem de altura e assento inox. Estrutura: aço tubular com parede de no mínimo 1,2 mm; formato do assento: arredondado em metal inox na espessura de 30 mm, com diâmetro de 30 cm giratório com regulagem de altura de 480 mm na regulagem mínima e de 750 na regulagem máxima; 4 pés com ponteira de polipropileno na cor preta; pintura em epóxi eletrostático com tratamento de fosfatização antiferruginosa. Medidas: Altura: 480 mm (regulagem mínima) e 720 mm (regulagem máxima) Distânica entre o apoio para os pés e o chão: 220 mm Diâmetro do assento: 300 mm - Montagem inclusa. | R$ 550,41 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 400 | UNIDADE | 363839 | Cadeira de Diálogo fixa sem braços Assento e encosto com formato ergonômico, injetados em polipropileno virgem, com cavidades para acomodação dos glúteos e superfícies com textura para reduzir o deslizamento. Cor AZUL ESCURO não translúcido. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. ASSENTO E ENCOSTO Assento: 460mm (largura mínima) x 390mm (profundidade mínima) Encosto: 450mm (largura mínima) x 300mm (altura mínima) Assento e encosto fixados a estrutura de forma não aparente, dificultando o acesso dos usuários e evitando o desprendimento com facilidade e prematuramente. Ângulo de inclinação do assento para trás de 5º. Ângulo entre o assento e o encosto de 98º. ESTRUTURA Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, chapa 16 (1,5 mm) com quatro apoios em nylon ou polipropileno injetados no piso. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anticorrosivo que assegure resistência corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme a especificação da NBR 8094. Pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. - Prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. - Montagem inclusa. | R$ 271,16 |
| PROPLAN/581-2017 |  | 1200 | UNIDADE | 363839 | CADEIRA FIXA COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO, COM ALTURA DO ASSENTO ENTRE 430 MM E 460 MM. ASSENTO E ENCOSTO COM FORMATO ERGONÔMICO, INJETADOS EM POLIPROPILENO VIRGEM E SUPERFÍCIE COM TEXTURA PARA REDUZIR DESLIZAMENTOS. COR AZUL ESCURO NÃO TRANSLÚCIDO.  Assento: 460mm (largura mínima) x 390mm (profundidade mínima) Encosto: 450mm (largura mínima) x 300mm (altura mínima) ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DO ASSENTO PARA TRÁS DE 5º. ÂNGULO ENTRE O ASSENTO E O ENCOSTO DE 98º. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. ASSENTO E ENCOSTO FIXADOS À ESTRUTURA DE FORMA NÃO-APARENTE, DIFICULTANDO O ACESSO DOS USUÁRIOS E EVITANDO O DESPRENDIMENTO COM FACILIDADE E PREMATURAMENTE. ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020, CHAPA 16 (1,5 MM), COM QUATRO APOIOS EM NYLON OU POLIPROPILENO INJETADOS NO PISO. NAS PARTES METÁLICAS DEVE SER APLICADA PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, NA COR PRETA.  SOLDAS E PARTES METÁLICAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS.  MONTAGEM E GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO INCLUSA. | R$ 201,30 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 100 | UNIDADE | 273996 | Cadeira giratória estofada, espaldar alto, com apóia-braços reguláveis e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento e do encosto. ASSENTO E ENCOSTO Dimensões: - assento: 460 mm (largura mínima) x 460 mm (profundidade mínima); - encosto: 400 mm (largura mínima) x 600 mm (extensão vertical mínima); - apóia-braços: 40 mm (largura mínima) x 200 mm (comprimento mínimo); Fabricados em compensado anatômico moldado a quente, oriundo de madeira de reflorestamento ou de procedência legal, isento de rachaduras, e deterioração por fungos ou insetos. Estofados com espuma de poliuretano expandido, de espessura mínima de 40 mm, colada à madeira e revestida com tecido. - Fixados à estrutura por meio de porcas com garras e parafusos. - Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e Bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos. - Tecido com composição 100% Poliéster na cor a ser determinada. ESTRUTURA Mecanismo de regulagem de inclinação do assento e encosto com bloqueio em qualquer posição através de sistema ?freio fricção? e comando por alavanca. Suporte do encosto regulável com curso vertical de 70 mm, com caneca articulada e sistema de amortecedor flexível. - Coluna de regulagem de altura do assento por acionamento hidráulico a gás com curso de 100 mm. - Base em formato de estrela com cinco pontas. - Apóia-braços em formato anatômico, regulável, com curso vertical de 50 mm, injetados em poliuretano por processo ?integral skin? e alma de aço. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento, aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência a corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. - Rodízios duplo com rodas de 50mm (mínimo). Rodas para pisos frios revestidas de material resiliente (Tipo W), que apresentem banda de rodagem macia. - Manípulos de regulagens e alavancas com manoplas em material polimérico injetado. - Os dispositivos de regulagem das cadeiras giratórias devem ser projetados de modo que possam ser operados pelo usuário em posição sentada, ainda que seja necessário erguer-se da cadeira para fazer o acionamento no caso da regulagem de altura do assento. - Todos os elementos acessíveis ao usuário quando em posição sentada devem ser arredondados, com raio de curvatura maior que 2 mm, e possuir desenho ergonômico permitindo adequada empunhadura e fácil acionamento. - Os dispositivos de regulagem devem ser projetados de modo a evitar movimentos involuntários, bem como travamentos ou afrouxamentos indesejados das partes estruturais da cadeira. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - As partes lubrificadas da cadeira devem ser protegidas, de modo a evitar o contato com o corpo e com as roupas do usuário em posição sentada. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. - Montagem inclusa. | R$ 454,26 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 200 | UNIDADE | 251217 | Cadeira Giratória sem Braços Cadeira giratória com rodízio assento e encosto com formato ergonômico injetados em polipropileno virgem, com cavidades para acomodação dos glúteos e superfície com textura para reduzir deslizamentos. Cor AZUL ESCURO não translúcido. ASSENTO E ENCOSTO - Dimensões: Assento: 460mm (largura mínima) x 390mm (profundidade mínima); Encosto: 450mm (largura mínima) x 300mm (altura mínima); Ângulo de inclinação do assento para trás de 5º. Ângulo entre o assento e o encosto de 98º. ESTRUTURA Assento e encosto fixados a estrutura de forma não aparente, dificultando o acesso dos usuários e evitando o desprendimento com facilidade e prematuramente. Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, chapa 16 (1,5 mm) com coluna de regulagem de altura do assento por acionamento hidráulico a gás com curso de 100 mm. Base em formato de estrela com 5 pontas. Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento, aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência a corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. - Rodízios duplo, com rodas de 50 mm (mínimo). Rodas para pisos frios revestidas de material resiliente (Tipo W), que apresentem banda de rodagem macia. - Manípulos de regulagens e alavancas com manoplas em material polimérico injetado. - Todos os elementos acessíveis ao usuário quando em posição sentada devem ser arredondados, com raio de curvatura maior que dois mm, e possuir desenho ergonômico permitindo adequada empunhadura e fácil acionamento. - Os dispositivos de regulagem devem ser projetados de modo a evitar movimentos involuntários, bem como travamentos ou afrouxamentos indesejados das partes estruturais da cadeira. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - As partes lubrificadas da cadeira devem ser protegidas, de modo a evitar o contato com o corpo e com as roupas do usuário em posição sentada. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. - Montagem inclusa. | R$ 172,71 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 50 | UNIDADE | 150506 | Cadeira para Pessoa Obesa De acordo com a NBR 9050-31052004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, item 8.2.1.3.3, ?os assentos para pessoa obesa (P.O.) devem ter largura equivalente à de dois assentos adotados no local e possuir um espaço livre frontal de no mínimo 0,60 m e devem suportar uma carga de no mínimo 250 kg.? ASSENTO E ENCOSTO - Em MDF ou lâminas de madeira, com espessura mínima de 10 mm, moldados anatomicamente com curvatura na parte frontal e posterior do assento e curvatura dupla no encosto. - Acabamento em resina melamínica de alta resistência, cor a ser definida. Superfície com textura para reduzir deslizamentos. - Assento: 780 mm (largura mínima) x 440 mm (profundidade mínima); - Encosto: 700 mm (largura mínima) x 150 mm (extensão vertical mínima); - Ângulo de inclinação do assento para trás: 5º - Ângulo entre o assento e o encosto: 98º - Preferencialmente, sistema de fixação à estrutura não-aparente, para dificultar o acesso dos usuários, evitando o desprendimento com facilidade e prematuramente. ESTRUTURA - Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, chapa 14 (1,9 mm), com quatro apoios em nylon ou polipropileno injetados no piso. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor a ser determinada. - Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera e pontos cortantes. Porta-objetos: - Porta-objetos com anteparo anti-queda, em aço caborno SAE 1010/1020, anexado a estrutura da cadeira, sob o assento. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - O porta-objetos deverá ser da mesma cor da estrutura da cadeira e deverá ter sua frente recuada em relação à frente do assento da cadeira. | R$ 579,50 |
| PROPLAN/581-2017 |  | 1200 | UNIDADE | 428056 | CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA DESLIZANTE.  ESTRUTURA PARA OS PÉS EM TUBO INDUSTRIAL SAE 1006/1020 (NO MÍNIMO) EM 30X50(PAREDE 1,20MM). COLUNAS DUPLAS EM FORMA DE I EM TUBO 20X30 (PAREDE 1,06MM) COM FECHAMENTO POR DOIS PAINÉIS (100X260MM) DE RESINA PLÁSTICA FIXADOS POR REBITES. BRAÇO DE SUSTENTAÇÃO DA PRANCHETA EM TUBO INDUSTRIAL 25X25(PAREDE 1,20MM NO MÍNIMO), DOTADO DE DUAS MÃOS FRANCESA EM TUBO 20X20(PAREDE 1,06MM NO MÍNIMO), COM SISTEMA QUE PERMITE O DESLIZAMENTO HORIZONTAL DA MESMA. BASE DO ASSENTO E ENCOSTO EM TUBO 20X20(PAREDE 1,20MM).  SOLDA PELO PROCESSO MIG EM TODAS AS JUNÇÕES. PARTES METALICAS COM PINTURA POR SISTEMA ELETROSTÁTICO EM EPÓXI-PÓ, COR PRETA OU BRANCA. SOLDAS E PARTES METÁLICAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS.   ASSENTO E ENCOSTO COM FORMATO ERGONÔMICO, INJETADOS EM POLIPROPILENO VIRGEM, E SUPERFÍCIE COM TEXTURA PARA REDUZIR DESLIZAMENTOS. COR AZUL ESCURO NÃO TRANSLÚCIDO. ASSENTO DE 410 MM (LARGURA MÍNIMA) POR 410 MM (PROFUNDIDADE MÍNIMA). ENCOSTO DE 435 MM (LARGURA MÍNIMA) POR 250 MM (EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA)  PRANCHETA DE NO MÍNIMO 535MM POR 320MM, CONFECCIONADA EM RESINA PLÁSTICA EM ALTO IMPACTO (ABS INJETADO) COM SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, BORDAS LATERAIS (ABAS 24MM DE ALTURA), COM NERVURAS TRANSVERSAIS E LONGITUDINAIS PARA REFORÇO À TRAÇÃO NA PARTE INFERIOR DA PRANCHETA. COR AZUL ESCURO.  ASSENTO, ENCOSTO E PRANCHETA NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS.  MONTAGEM E GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO INCLUSA. | R$ 462,67 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 50 | UNIDADE | 26492 | Carteira Universitária para Pessoa Obesa Carteira universitária com assento e encosto em MDF ou lâminas de madeira. De acordo com a NBR 9050-31052004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, item 8.2.1.3.3, ?os assentos para pessoa obesa (P.O.) devem ter largura equivalente à de dois assentos adotados no local e possuir um espaço livre frontal de no mínimo 0,60 m e devem suportar uma carga de no mínimo 250 kg.? ASSENTO E ENCOSTO - Em MDF ou lâminas de madeira, com espessura mínima de 10 mm, moldados anatomicamente com curvatura na parte frontal e posterior do assento e curvatura dupla no encosto. - Acabamento em resina melamínica de alta resistência, cor a ser definida.Superfície com textura para reduzir deslizamentos. - Assento: 780 mm (largura mínima) x 440 mm (profundidade mínima); - Encosto: 700 mm (largura mínima) x 150 mm (extensão vertical mínima); - Ângulo de inclinação do assento para trás: 5º - Ângulo entre o assento e o encosto: 98º - Preferencialmente, sistema de fixação à estrutura não-aparente, para dificultar o acesso dos usuários, evitando o desprendimento com facilidade e prematuramente. PRANCHETA - Prancheta com dimensões mínimas de 300 mm (largura) x 600 mm (profundidade), em MDP ou MDF de 18mm, revestido com BP na face inferior e laminado melamínico de alta pressão acabamento, brilhante na face superior. Sendo que área mínima útil retangular seja de 210 mm x 297 mm (Tamanho normatizado A4). Com formato que facilite a entrada do aluno na carteira e proporcione a utilização de notebook. Distância do chão a parte mais alta da prancheta deverá ser de 750 mm com ângulo de inclinação de 7º para trás. - Fixação da prancheta com buchas metálicas e parafusos. - Bordas revestidas com fita de PVC ou ABS, com raio mínimo de 2,5 mm. ESTRUTURA - Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, chapa 14 (1,9 mm), com quatro apoios injetados em nylon ou polipropileno no piso. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor a ser definida. - Porta objeto na mesma cor e material da estrutura, em grade sob o assento. Frente com dianteira recuada em relação à borda frontal do assento e anteparo anti-queda. | R$ 809,00 |
| FAEM / 608-2017 |  | 4 | CORTINAS | 344760 | Cortina com blecaute para sala 526 do Departamento de Solos da FAEM, tipo persiana vertical, com medidas 2,70 x 2,10 (largura x altura). | R$ 675,42 |
| FAEM / 608-2017 |  | 3 | CORTINAS | 256532 | Cortina para Salão Nobre da FAEM, tipo persiana vertical, com medidas 2,00 m x 1,10 m (largura x altura). | R$ 297,89 |
| FAEM / 608-2017 |  | 3 | CORTINAS | 256532 | Cortina para Salão Nobre da FAEM, tipo persiana vertical, sendo 3 com medidas 2,10 m x 4,15 m (largura x altura). | R$ 520,66 |
| PRAE / 559-2017 |  | 10 | UNIDADE | 27472 | CORTINA PARA VARÃO SIMPLES. A CORTINA DEVE TER MEDIDA DE 3 METROS LARGURA X 2,5 METROS DE ALTURA. DEVE APRESENTAR TECIDO EM MALHA E OUTRO TECIDO SOBREPOSTO EM RENDA OU MALHA. OS DOIS TECIDOS DEVEM TER CORES HARMÔNICAS ENTRE SI, SENDO OS DOIS DA MESMA COR OU UM EM TOM MAIS ESCURO QUE O OUTRO. O TECIDO DEVE SER LISO E EM ALGUMA DAS SEGUINTES CORES: BEGE, MARROM, CINZA OU DOURADO. DEVE APRESENTAR COSTURA RESISTENTE E BAINHAS BEM DELINEADAS. | R$ 251,51 |
| PRAE / 559-2017 |  | 4 | UNIDADE | 27472 | CORTINA PARA VARÃO SIMPLES. A CORTINA DEVE TER MEDIDA DE 4 METROS LARGURA X 2,5 METROS DE ALTURA. DEVE APRESENTAR TECIDO EM MALHA E OUTRO TECIDO SOBREPOSTO EM RENDA OU MALHA. OS DOIS TECIDOS DEVEM TER CORES HARMÔNICAS ENTRE SI, SENDO OS DOIS DA MESMA COR OU UM EM TOM MAIS ESCURO QUE O OUTRO. O TECIDO DEVE SER LISO E EM ALGUMA DAS SEGUINTES CORES: BEGE, MARROM, CINZA OU DOURADO. DEVE APRESENTAR COSTURA RESISTENTE E BAINHAS BEM DELINEADAS. | R$ 303,56 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 100 | UNIDADE | 231862 | Estação de Trabalho com altura do tampo entre 720 mm e 750 mm. TAMPO - Em MDP ou MDF de 25 mm, com medidas mínimas do lado A com 1400 mm, lado B com 1400 mm e altura de 700 a 750 mm. As medidas A e B podem ser alteradas em função da necessidade. (ver desenho ilustrativo acima). - Revestido com BP texturizado nas duas faces, cor a ser definida. - Passa-fios em polipropileno injetado. - Bordas revestidas com fita de PVC ou ABS, na mesma cor do revestimento melamínico, com seção semi-círculo (ângulo de 180º) com encaixe em ?T? no lado de contato com usuário. Nos demais lados, fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm. ESTRUTURA - Estrutura sob o tampo confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com apoios reguláveis no piso, injetados em nylon ou polipropileno. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. - Fixação do tampo e painel com parafusos e buchas metálicas. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - Painel Frontal em MDP ou MDF de 18 mm (mínimo), revestido nas duas faces com BP, superfície texturizada, na mesma cor do tampo. Bordas encabeçadas com fita de bordo em PVC ou ABS, na mesma cor do revestimento do laminado melamínico. - Montagem inclusa. | R$ 395,90 |
| PRAE / 570-2017 |  | 15 | UNIDADE | 95125 | ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS. AS PRATELEIRAS DEVEM SER EM OSB REFORÇADO OU AÇO (CHAPA 22) E TER SISTEMA DE REGULAGEM. CADA PRATELEIRA DEVE SUPORTAR CARGA MÍNIMA DE 50KG. COR DA ESTANTE CINZA OU BRANCA, PINTURA ELETROSTÁTICA OU EPÓXI RESISTENTE À CORROSÃO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 190 CM ALTURA X 90 CM LARGURA X 30 CM DE PROFUNDIDADE. DEVE SER DE FÁCIL MONTAGEM OU SER ENTREGUE JÁ MONTADA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. | R$ 635,72 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 50 | UNIDADE | 248584 | Estante de aço É um móvel normalmente usado para armazenar objetos em almoxarifados, laboratórios e oficinas. Possui quatro colunas e quatro prateleiras removíveis. Solicitar relatório de desempenho do produto de pelo menos 300 h conforme norma NBR 8094 ? Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina, com avaliação conforme ABNT NBR 5841 e ABNT NBR 5770, com grau de enferrujamento de F0 e grau de empolamento de d0/t0 em corpos de prova, tamanho mínimo de 150 mm, seccionados de partes retas e que contenham uniões soldadas. Emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, com escopo abrangendo a referida norma. - Colunas em aço SAE 1010/1020, perfil ?L?, com espessura mínima de 1,9 mm. - Quatro prateleiras removíveis e ajustáveis, com espessura de 0,90 mm, com dobras triplas em todo o perímetro, fixadas com parafusos e porcas. (opcional: placa de OSB de 20 mm de espessura sobre a prateleira). - Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros ou acabamento em esmalte sintético, brilhante, espessura de camada de 30 a 40 mícrons, polimerizada em estufa de 120ºC / 140ºC, superfícies lisas e uniformes, na cor a ser determinada. - Soldas devem possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias. Eliminar respingos e volumes de solda, rebarbas, esmerilhar juntas e arredondar quinas agudas. - Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. - Montagem inclusa. | R$ 189,22 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 200 | UNIDADE | 328740 | Longarina com Assento e Encosto em Polipropileno (PP) com 3 lugares Assento e encosto com formato ergonômico, injetados em polipropileno virgem, com cavidades para acomodação dos glúteos e superfície com textura para reduzir deslizamentos, COR AZUL ESCURO não translúcido. ASSENTO E ENCOSTO Assento: 460mm (largura mínima) x 390mm (profundidade mínima) Encosto: 450mm (largura mínima) x 150mm (altura mínima) Ângulo de inclinação do assento para trás de 5º. Ângulo entre o assento e o encosto de 98º. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Assento e encosto fixados à estrutura de forma não-aparente, dificultando o acesso dos usuários e evitando o desprendimento com facilidade prematuramente. ESTRUTURA Estrutura dos pés confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, chapa 16 (1,5 MM), com quatro apoios em nylon ou polipropileno injetados no piso. Estrutura para sustentação dos assentos composta por 2 travessas em tubo de Aço carbono SAE 1010/1020, chapa 16 (1,5 MM). Nas partes metálicas deve ser aplicar pintura eletrostática a pó, tinta híbrida epóxi/poliéster, ca cor PRETA. Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - Montagem inclusa. | R$ 476,29 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 50 | UNIDADE | 150786 | Mesa Adaptada para cadeirante (conjunto para aluno individual) Mesa com tampo em MDP ou MDF e altura entre 720 mm e 750 mm. TAMPO - Em MDP ou MDF de 18 mm, com recorte anatômico, com 800 mm x 610 mm, revestido com BP na face inferior e laminado melamínico de alta pressão, acabamento brilhante, na face superior. Cor a ser definida. - Todas as bordas devem ser revestidas com fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm. - As quinas devem ser arredondadas. ESTRUTURA - Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, chapa 16 (1,5 mm), com quatro apoios no piso em polipropileno ou nylon injetado. - Altura do tampo ajustável até 800 mm. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor a ser definida. - Fixação com parafusos e buchas metálicas no tampo. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - Para fabricação é indispensável seguir especificações técnicas e atender as recomendações das normas específicas para cada material. - Um gancho de cada lado da mesa com 45 mm de superfície plana útil e a 600 mm do chão, soldado na estrutura para que sirva de suporte para bolsas e mochilas. - Quando houver estrutura que seja paralela e próxima ao piso, deverá haver uma proteção plástica, para evitar desgaste da pintura através do contato com os pés, no lado do usuário. - Montagem inclusa. | R$ 690,80 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 400 | UNIDADE | 231861 | Mesa administrativa reta Com 1600 mm de comprimento, 600 mm de profundidade e 750 mm de altura. Tampo em MDF de 25mm de espessura, revestido com BP texturizado nas duas faces, cor casca de ovo. Painel frontal em MDF de no mínimo 15mm, revestido com BP texturizado nas duas faces, na mesma cor do tampo. Passa-fios no tampo, em polipropileno injetado. Todas bordas revestidas com fita de PVC ou ABS com espessura de no mínimo 2mm, sem apresentar partes levantadas ou mal fixadas. É admitida variação de até 1% nos valores de comprimento, largura e profundidade da mesa. Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com quatro apoios reguláveis no piso em nylon. Estrutura metálica com pintura eletrostática a pó, na mesma cor do tampo. Fixação do tampo e painel frontal com buchas metálicas e parafusos, sem presença de folgas ou frestas entre as peças. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Em todas as uniões de partes metálicas deverá haver solda em todo perímetro. Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. A mesa deve estar pronta para o uso, sem necessidade de montagem de nenhuma de suas partes. | R$ 223,72 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 50 | UNIDADE | 108219 | Mesa com tampo em MDF (chapa de baixa densidade) 25mm com revestimento BP (melamínico de baixa pressão) e acabamento das bordas em ABS de 2mm; Estrutura composta por 04 (quatro) pés de aço com baixo teor de carbono e parede 1,2mm, sendo 04 (quatro) peças verticais de 40X40mm e 02 (duas) travessa de 20x40 unidas com solda, com pintura em epóxi pó na cor alumínio; 02 (duas) barras de tubo 20x40 do mesmo material e acabamento dos pés fazem a união entre os mesmos por meio de parafusos e porcas (formando a estrutura) e a fixação do tampo por parafusos 4,2x13; Ponteiras e sapatas com regulagem de altura fazem o acabamento nas pontas dos tubos 40x40; Dimensões de 900x900x740. Montagem inclusa. | R$ 705,72 |
| PROPLAN/581-2017 |  | 800 | UNIDADE | 283643 | MESA COM TAMPO ENTRE 720 E 750 MM DE ALTURA, COM 500 MM (PROFUNDIDADE) X 700 MM (LARGURA)   - TAMPO EM MDF DE 25 MM, COM 500 MM (PROFUNDIDADE) X 700 MM (LARGURA) REVESTIDO COM BP TEXTURIZADO NAS DUAS FACES, COR CASCA DE OVO. - DISTÂNCIA ENTRE AS PATAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS DE NO MÁXIMO 100 MM. NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR, HAVERÁ UMA BARRA TRANSVERSAL LIGADA POR SOLDA, PARA NA SUPERIOR FIXAR O TAMPO E NA INFERIOR, PARA SER INJETADO OS PÉS DA MESA. - BORDAS REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS COM RAIO MÍNIMO DE 2,5 MM. PAINEL FRONTAL EM MDF DE NO MÍNIMO 15 MM, REVESTIDO COM BP, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NA MESMA COR DO TAMPO. - BORDAS ENCABEÇADAS COM FITA DE BORDO EM PVC OU ABS, NA MESMA COR DO BP.  - ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 COM QUATRO APOIOS REGULÁVEIS NO PISO EM NYLON OU POLIPROPILENO INJETADO. - NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. - APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 300 HORAS, EM UMA ATMOSFERA E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MICROMETROS NA COR CASCA DE OVO. - FIXAÇÃO DO TAMPO E PAINEL COM BUCHAS METÁLICAS E PARAFUSOS. - AS DIMENSÕES DOS PÉS NÃO DEVEM ULTRAPASSAR A PROFUNDIDADE DA MESA. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. - EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS DEVERÁ HAVER NO MÍNIMO DOIS CORDÕES DE SOLDA MIG EM LADOS OPOSTOS. SOLDAS E PARTES METÁLICAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS.  - MONTAGEM E GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO INCLUSA | R$ 473,28 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 200 | UNIDADE | 231862 | Mesa com tampo entre 720 e 750 mm de altura e largura de 1200 mm. Tampo e Painel Frontal - Em MDP ou MDF de 25 mm, com 750 mm (profundidade) x 1200 mm (largura) revestido com BP texturizado nas duas faces, cor a ser definida. - Passa-fios no tampo, em polipropileno injetado. - Bordas revestidas com fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm. - Painel Frontal em MDP ou MDF de no mínimo 15 mm, revestido com BP, superfície texturizada, na mesma cor do tampo. Bordas encabeçadas com fita de bordo em PVC ou ABS, na mesma cor do BP. ESTRUTURA - Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020 com quatro apoios reguláveis no piso em nylon ou polipropileno injetado. - Suporte para passagem de fiação vertical e horizontal. - Distância entre as patas dianteiras e traseiras de no máximo 100 mm, e entre elas uma capa metálica para a passagem dos fios de maneira imperceptível. Na parte superior e inferior, haverá uma barra transversal ligada por solda, para na superior fixar o tampo e na inferior ser injetado os pés da mesa. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. - Fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Em todas as uniões de partes metálicas deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas e partes metálicas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - Montagem inclusa. | R$ 239,83 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 200 | UNIDADE | 390507 | Mesa de Reunião circular para seis pessoas com altura entre 720 mm e 750 mm. TAMPO - Em MDP ou MDF de 25 mm, com 1200 mm de diâmetro (medida variável em função da quantidade de pessoas e necessidade), revestido com BP nas duas faces, superfície texturizada, na cor a ser definida. - Todas as bordas devem ser revestidas com fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm. ESTRUTURA - Estrutura confeccionada em aço carbono SAE 1010/1020, em coluna central, com mínimo de quatro apoios reguláveis no piso em polipropileno ou nylon injetado. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência a corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor preta. - Fixação do tampo e painel com buchas metálicas e parafusos. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - Montagem inclusa. | R$ 569,75 |
| PROPLAN/466-2017 |  | 200 | UNIDADE | 420884 | Mesa de Reunião para oito pessoas com altura entre 720 mm e 750 mm. TAMPO - Em MDP ou MDF de 25 mm, com 1200 mm (largura) x 2400 mm (comprimento) (medida variável em função da quantidade de pessoas e necessidade), revestido com BP nas duas faces, superfície texturizada, cor a ser definida. - Bordas revestidas com fita de PVC ou ABS com raio mínimo de 2,5 mm. ESTRUTURA - Estrutura em aço carbono SAE 1010/1020, com quatro apoios reguláveis no piso, em polipropileno ou nylon injetado. - Nas partes metálicas prever furos internos na estrutura para drenagem do líquido de tratamento. Aplicar tratamento anticorrosivo que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas, em uma atmosfera conforme especificação da NBR 8094 e pintura eletrostática a pó, tinta híbrida Epóxi/Poliéster, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros, na cor PRETA. - Fixação do tampo e painéis com buchas metálicas e parafusos. - Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. - Em todas as uniões de partes metálicas, deverá haver no mínimo dois cordões de solda em lados opostos. - Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, devendo não apresentar nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. - Painel central opcional em MDF ou MDP 18 mm, revestido BP, superfície texturizada, na mesma cor do tampo. Bordas encabeçadas com fita de bordo em PVC ou ABS, na mesma cor do revestimento do BP. - Montagem inclusa. | R$ 664,36 |
| PRAE / 570-2017 |  | 20 | UNIDADE | 15590 | NICHO DE PAREDE. MATERIAL MDP, COR BRANCO, BEGE OU MARROM. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 30CM ALTURA X 120CM LARGURA X 30CM PROFUNDIDADE. DEVE SER ACOMPANHADO DE MANUAL DE MONTAGEM E DE PARAFUSOS E SUPORTES PARA A FIXAÇÃO NA PAREDE. SUPORTE DE PESO MÍNIMO DE 18KG. | R$ 189,26 |
| PROPLAN/581-2017 |  | 50 | UNIDADE | 439256 | Quadro branco de vidro para salas de aula com película de segurança. Deve medir 150(L) x 120(A)cm. Fabricado em vidro temperado de no mínimo 6mm de espessura, com película branca aplicada no verso do vidro. Deve vir acompanhado de suporte para apagador e kit de instalação com pelo menos 6 pontos de fixação nas bordas. Os pontos de fixação devem tem distanciadores/fixadores em alumínio ou aço inox, além de todos parafusos e materiais necessários para sua fixação. O vidro não deve apresentar partes cortantes. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO INCLUSA. | R$ 598,93 |
| PROPLAN/581-2017 |  | 50 | UNIDADE | 439256 | Quadro branco de vidro para salas de aula com película de segurança. Deve medir 200(L) x 120(A)cm. Fabricado em vidro temperado de no mínimo 6mm de espessura, com película branca aplicada no verso do vidro. Deve vir acompanhado de suporte para apagador e kit de instalação com pelo menos 6 pontos de fixação nas bordas. Os pontos de fixação devem tem distanciadores/fixadores em alumínio ou aço inox, além de todos parafusos e materiais necessários para sua fixação. O vidro não deve apresentar partes cortantes. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO INCLUSA. | R$ 871,73 |
| PROPLAN/581-2017 |  | 50 | UNIDADE | 439256 | Quadro branco de vidro para salas de aula com película de segurança. Deve medir 300(L) x 120(A)cm. Fabricado em vidro temperado de no mínimo 6mm de espessura, com película branca aplicada no verso do vidro. Deve vir acompanhado de suporte para apagador e kit de instalação com pelo menos 6 pontos de fixação nas bordas. Os pontos de fixação devem tem distanciadores/fixadores em alumínio ou aço inox, além de todos parafusos e materiais necessários para sua fixação. O vidro não deve apresentar partes cortantes. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO INCLUSA. | R$ 1356,76 |
| PRAE / 570-2017 |  | 5 | UNIDADE | 150153 | QUADRO DE AVISO/MURAL. MATERIAL DA BASE EM CORTIÇA E DA MOLDURA EM ALUMÍNIO. DIMENSÕES MÍNIMAS DE 120CM X 180CM. DEVE APRESENTAR ESTRUTURA RESISTENTE E ALTA FIXAÇÃO DE ALFINETES. | R$ 452,91 |
| PRAE / 559-2017 |  | 10 | UNIDADE | 27677 | VARÃO SIMPLES PARA CORTINA. MATERIAL POLIPROPILENO MEDINDO 3 METROS DE COMPRIMENTO. DEVE SER ACOMPANHADO DE PARAFUSOS, BUCHAS E PONTEIRAS. COR BRANCO, BEGE OU MARROM. | R$ 68,45 |
| PRAE / 559-2017 |  | 4 | UNIDADE | 27677 | VARÃO SIMPLES PARA CORTINA. MATERIAL POLIPROPILENO MEDINDO 4 METROS DE COMPRIMENTO. DEVE SER ACOMPANHADO DE PARAFUSOS, BUCHAS E PONTEIRAS. COR BRANCO, BEGE OU MARROM. | R$ 68,76 |

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
   1. A aquisição do material solicitado se da devido à depreciação natural de móveis, aos espaços a serem inaugurados e as adequações de espaço previstas para atendimento de novos servidores e professores, bem como a estruturação de cursos novos, realiza-se este registro de preço, também com a intenção de evitar-se compras fracionadas de elementos de mesma natureza e buscar um nível razoável de padronização, o que contribui muito na posterior manutenção dos móveis.
2. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

* 1. Declaramos para os devidos fins que os bens/produtos a serem adquiridos são de natureza comum conforme decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, art. 2º, § 1º Consideram-se bens e produtos comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

1. **DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA**
   1. O prazo de entrega dos produtos ou bens não poderá excedera 30 (trinta) dias, a contar da ciência da emissão da Nota de Empenho.
   2. Os produtos objetos deste Pregão deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário Capão do Leão s/nº, CEP 96160-000, Bairro Jardim América, Capão do Leão/RS, salvo se especificado de modo diverso na Nota de Empenho, dentro dos limites territoriais dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.
2. **DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
   1. Os produtos ou bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   2. Os produtos ou bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
   3. Os produtos ou bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
3. **DA NOTA DE EMPENHO**
   1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para entrega dos produtos ou bens começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
   2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal.
   3. Na Ata de Registro de Preços deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.
4. **DA NOTA FISCAL**
   1. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como modelo, marca, número de série, tempo de garantia, cor, medidas, entre outros dados que forem considerados essenciais.
   2. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.
5. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. São obrigações da Contratante:
      1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
      2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
      3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
      4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
      5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
      6. solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;
      7. permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da UFPel para tratar de assuntos pertinentes às aquisições contratadas;
      8. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com o contrato;
      9. proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da entrega dos objetos contratados;
      10. prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
      11. notificar a empresa, por escrito, por ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução do contrato e solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, fixando prazo para tal;
      12. receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
   2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
6. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
      1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*
         1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
      2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
      3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
      4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
      6. respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do UFPel;
      7. relatar de imediato a UFPel toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento dos bens/produtos;
      8. responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada;
      9. manter todos os seus dados cadastrais atualizados junto ao SICAF;
      10. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.
7. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
   1. Consoante art. 5º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG:
      1. Os bens deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagens que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
      2. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (RestrictionofCertainHazardousSubstances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
   2. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
8. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
9. **INFORMAÇÕES GERAIS**
   1. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta “on-line”, e deverá, encerrada a etapa de lances, apresentar os documentos a que se refere o Subitem 8.7, deste Edital, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”).
      1. O prazo máximo para envio da documentação é de 02 (duas) horas. A documentação original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, deverá ser enviada no prazo de até 03 (três) dias úteis, impreterivelmente, para o seguinte endereço:**Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) - Licitações, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas/RS**.

**Deverá constar os seguintes dizeres em sua parte externa frontal:**

###### UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

###### COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

###### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2017

FIRMA OU DENOMINAÇÃO E CNPJ

PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RUA GOMES CARNEIRO, 01

BAIRRO CENTRO - PELOTAS

CEP: 96010-610

* 1. Os **bens ou produtos** deverão ter garantia de **no mínimo** de **12 (doze) meses**, a contar da data de entrega.
  2. Os **bens ou produtos** entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.
  3. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes: “***Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”****.*

# ANEXO II

1. **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**
2. **MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**
3. Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
4. Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
5. No dia\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_, a Fundação Universidade Federal de Pelotas, situada na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas / RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.242.080/0001-00, representada pelo Reitor Pedro Rodrigues Curi Hallal, brasileiro, portador da cédula de Identidade n° 7051603285-SSP/RS, e inscrito no CPF sob o nº 966.240.940-87, residente e domiciliado nesta cidade de Pelotas – RS, nomeado pelo Decreto de 22 de dezembro de 2016, publicado em 23/12/2016 no D.O.U., seção 02, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº/20\_\_, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, localizado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representado por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ conforme quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade de medida** | **Marca e modelo** | **Quantidade** | **Preço Unitário** | **Valor Total** |
| **(B)** | **(A)** | **(C) = (A)x(B)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL (R$)** | | | | | |  |

1. Este Registro de Preço tem vigência de **12 (doze)** meses contado da data da sua homologação, com eficácia legal após a publicação do seu termo de homologação no sitioCompras Governamentais, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.
2. As especificações técnicas constantes no Processo Administrativo Eletrônico em epigrafe integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.
3. Havendo quaisquer divergências entre a tabela acima e a ata gerada no sítio do Compras Governamentais, prevalecerá a do Comprasgovernamentais.
4. Nos termos do Art. 16º do Decreto n.º 7.892/2013, a homologação deste procedimento licitatório não obriga a UFPel a contratar integral ou parcialmente o objeto licitado, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
5. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelo representante legal do Fornecedor Beneficiário e pelo representante UFPel, através da assinatura eletrônica constante na termo de homologação.
6. Pelotas / RS,\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.
7. [Razão social da empresa]
8. Representante legal: [nome completo]
9. CI:[número e órgão emissor]
10. CPF:[número]
11. E-mail (endereço eletrônico)
12. Instrumento de outorga de poderes:[procuração/contrato social/estatuto social

**ANEXO III**

**Modelo de declaração DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_\_, sediada na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ à rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico 58/2017, **DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente,** em conformidade com a Instrução Normativa 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI-MPOG).

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo

(nome do representante legal)